

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	48
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	51
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.000.000
Preferenciais	18.000.000
Total	27.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	102.959	104.873
1.01	Ativo Circulante	9.759	17.551
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	121	116
1.01.02	Aplicações Financeiras	14	1.125
1.01.03	Contas a Receber	8.180	14.469
1.01.03.01	Clientes	8.180	14.469
1.01.04	Estoques	0	453
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.444	1.388
1.01.08.03	Outros	1.444	1.388
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	47	64
1.01.08.03.02	Depósitos Judiciais	1.397	1.324
1.02	Ativo Não Circulante	93.200	87.322
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.723	19.146
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	8.114	9.561
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis	8.114	9.561
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.229	8.205
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	527	503
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	7.702	7.702
1.02.02	Investimentos	63.083	55.839
1.02.02.01	Participações Societárias	63.083	55.839
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	63.081	55.837
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2
1.02.03	Imobilizado	12.394	12.337
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.394	12.337

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	102.959	104.873
2.01	Passivo Circulante	7.934	10.118
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	655	748
2.01.01.01	Obrigações Sociais	655	748
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	655	748
2.01.02	Fornecedores	1.426	1.117
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.426	1.117
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.255	2.810
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.245	2.623
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	1.316	1.305
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	929	1.318
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10	187
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.000	1.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.000	1.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.000	1.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.823	2.619
2.01.05.02	Outros	1.823	2.619
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.200	1.637
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6
2.01.05.02.04	Salários	557	811
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	60	165
2.01.06	Provisões	775	1.824
2.01.06.02	Outras Provisões	775	1.824
2.02	Passivo Não Circulante	49.224	49.632
2.02.03	Tributos Diferidos	48.224	48.632
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	48.224	48.632
2.02.03.01.01	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	43.332	43.290
2.02.03.01.02	Obrigações Tributárias - Reavaliação	4.892	5.342
2.02.04	Provisões	1.000	1.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.000	1.000
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.000	1.000
2.03	Patrimônio Líquido	45.801	45.123
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.496	10.369
2.03.04	Reservas de Lucros	8.258	6.707
2.03.04.01	Reserva Legal	416	416
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.842	6.291

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.895	8.424
3.01.01	Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	3.162	8.988
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-267	-564
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.225	-5.739
3.03	Resultado Bruto	-2.330	2.685
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.401	-1.714
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.238	-2.097
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-1.699	-1.595
3.04.02.02	Honorários dos Administradores	-539	-502
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.415	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-70
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	224	453
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.071	971
3.06	Resultado Financeiro	-445	-185
3.06.01	Receitas Financeiras	4	92
3.06.02	Despesas Financeiras	-449	-277
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	626	786
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-397	-112
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	229	674
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	229	674
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00848	0,02496
3.99.01.02	PN	0,00848	0,02496

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	229	674
4.02	Outros Resultados Abrangentes	873	10
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.102	684

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.489	-1.903
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	269	771
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	229	674
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	82	84
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-224	-453
6.01.01.05	Juros a Pagar a Longo Prazo - parcelamento	381	288
6.01.01.06	Diferimento de Impostos	-199	140
6.01.01.08	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	0	38
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.220	-2.674
6.01.02.01	Contas a Receber	6.289	-1.223
6.01.02.02	Estoques	453	76
6.01.02.03	Estoque de Imóveis	1.447	-8
6.01.02.04	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	15	24
6.01.02.05	Depósito Judicial	-73	196
6.01.02.06	Despesas Exercício Seguinte	2	0
6.01.02.07	Fornecedores	309	-1.342
6.01.02.08	Salários, Provisão Férias e Encargos Sociais	-1.396	52
6.01.02.09	Obrigações Tributárias - Refis e Outros Impostos	-719	-454
6.01.02.10	Outras Contas a Pagar	-107	5
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.158	335
6.02.02	Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	0	469
6.02.03	Aquisições de Ativos Investimentos, Imobilizado	-7.158	-134
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-437	-29
6.03.01	Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-437	-29
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.106	-1.597
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.241	4.016
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	135	2.419

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	229	0	229
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	229	0	229
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-873	1.551	-229	0	449
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.551	-1.551	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.322	0	1.322	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	449	0	0	0	449
5.07	Saldos Finais	28.047	9.496	8.258	0	0	45.801

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	674	0	674
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	674	0	674
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-10	689	-674	0	5
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	689	-689	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-15	0	15	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	5	0	0	0	5
5.07	Saldos Finais	28.047	11.885	5.918	0	0	45.850

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	8.620	8.988
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.162	8.988
7.01.02	Outras Receitas	5.458	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.427	-4.155
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.127	-3.868
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-300	-287
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.193	4.833
7.04	Retenções	-82	-84
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-82	-84
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.111	4.749
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	228	545
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	224	453
7.06.02	Receitas Financeiras	4	92
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.339	5.294
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.339	5.294
7.08.01	Pessoal	2.842	3.451
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	819	892
7.08.02.01	Federais	818	843
7.08.02.03	Municipais	1	49
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	449	277
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	229	674
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	229	674

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	164.701	166.971
1.01	Ativo Circulante	111.935	112.022
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	710	567
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.515	9.286
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	8.515	9.286
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	8.515	9.286
1.01.03	Contas a Receber	71.220	79.251
1.01.03.01	Clientes	71.220	79.251
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	3.010	14.652
1.01.03.01.02	Serviços Executados a Faturar	68.210	64.599
1.01.04	Estoques	16.655	8.927
1.01.04.01	Material de Construção	5.484	4.776
1.01.04.03	Estoque de Imóveis	11.171	4.151
1.01.07	Despesas Antecipadas	900	994
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.935	12.997
1.01.08.03	Outros	13.935	12.997
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	3.853	3.114
1.01.08.03.02	Depósitos Judiciais	4.665	4.477
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	5.417	5.406
1.02	Ativo Não Circulante	52.766	54.949
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.874	20.325
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	8.114	9.561
1.02.01.04.01	Estoque de Imóveis	8.114	9.561
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.380	9.384
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.678	1.682
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	7.702	7.702
1.02.02	Investimentos	12	12
1.02.02.01	Participações Societárias	12	12
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10	10
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2
1.02.03	Imobilizado	32.923	33.617
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	32.923	33.617
1.02.04	Intangível	957	995

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	164.701	166.971
2.01	Passivo Circulante	57.904	58.945
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.043	3.157
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.043	3.157
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	3.043	3.157
2.01.02	Fornecedores	17.594	17.549
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.594	17.549
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.627	10.195
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.133	8.226
2.01.03.01.02	Parcelamento - Refis Lei 9964/2000	1.316	1.305
2.01.03.01.04	Parcelamento - Pis- Cofins- Inss Desoneração	2.126	2.062
2.01.03.01.05	Outros	5.691	4.859
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.494	1.969
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	10.711	11.585
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	10.711	11.585
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	10.711	11.585
2.01.05	Outras Obrigações	7.321	7.371
2.01.05.02	Outros	7.321	7.371
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.200	1.637
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6
2.01.05.02.04	Salários	5.548	4.959
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	567	769
2.01.06	Provisões	8.608	9.088
2.01.06.02	Outras Provisões	8.608	9.088
2.01.06.02.04	Provisões para Férias,13º Salário e Encargos	8.608	9.088
2.02	Passivo Não Circulante	60.967	62.874
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.782	3.785
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.782	3.785
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.782	3.785
2.02.03	Tributos Diferidos	54.785	55.489
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.785	55.489
2.02.03.01.01	Parcelamento - Refis Lei 9964/2000	43.332	43.290
2.02.03.01.02	Parcelamento - Pis -Cofins -Inss Desoneração	6.561	6.857
2.02.03.01.03	Obrigações Tributárias - Reavaliação	4.892	5.342
2.02.04	Provisões	3.400	3.600
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	45.830	45.152
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.496	10.369
2.03.03.01	Ativos Próprios	9.496	10.369
2.03.04	Reservas de Lucros	8.258	6.707
2.03.04.01	Reserva Legal	416	416
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.842	6.291
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	29	29

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	60.387	71.386
3.01.01	Receita Bruta de Vendas de Bens e/ ou Serviços	67.330	79.941
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-6.943	-8.555
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-58.448	-64.308
3.03	Resultado Bruto	1.939	7.078
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.150	-4.782
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.556	-4.591
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.706	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-191
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.089	2.296
3.06	Resultado Financeiro	-2.260	-1.235
3.06.01	Receitas Financeiras	760	613
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.020	-1.848
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	829	1.061
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-600	-387
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	229	674
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	229	674
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	229	674
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	229	674
4.02	Outros Resultados Abrangentes	873	10
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.102	684
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.102	684

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.179	-9.191
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.812	3.246
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	229	674
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.120	1.138
6.01.01.03	Efeito Líquido Baixa Imobilizado	105	0
6.01.01.04	Créditos Fiscais - Prejuízos Fiscais	0	38
6.01.01.08	Juros a Pagar a Longo Prazo - Parcelamento	676	288
6.01.01.09	Provisão para Contingência	-200	0
6.01.01.10	Diferimento de impostos	-118	1.108
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	369	-12.437
6.01.02.01	Contas a Receber	8.031	-16.170
6.01.02.02	Estoques	-708	-3.761
6.01.02.03	Estoques de Imóveis	-5.573	-11
6.01.02.05	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	-645	1.752
6.01.02.07	Adiantamento a Fornecedores	-11	-636
6.01.02.08	Depósito Judicial	-188	42
6.01.02.09	Fornecedores	45	7.280
6.01.02.10	Salários, Provisão Férias, 13 salário e Encargos Sociais	-5	1.282
6.01.02.11	Obrigações Tributárias- Refis e Outros Impostos	-376	-1.614
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	-201	-601
6.01.03	Outros	-2	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-493	-363
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-493	-363
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.314	-3.547
6.03.01	Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-437	-29
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos	-1.877	-3.518
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-628	-13.101
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.853	23.412
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.225	10.311

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123	29	45.152
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123	29	45.152
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	229	0	229	0	229
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	229	0	229	0	229
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-873	1.551	-229	0	449	0	449
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.551	-1.551	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.322	0	1.322	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	449	0	0	0	449	0	449
5.07	Saldos Finais	28.047	9.496	8.258	0	0	45.801	29	45.830

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171	29	45.200
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171	29	45.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	674	0	674	0	674
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	674	0	674	0	674
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-10	689	-674	0	5	0	5
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	689	-689	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-15	0	15	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	5	0	0	0	5	0	5
5.07	Saldos Finais	28.047	11.885	5.918	0	0	45.850	29	45.879

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	72.788	79.941
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	67.330	79.941
7.01.02	Outras Receitas	5.458	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.879	-44.887
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-36.032	-43.372
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-847	-1.515
7.03	Valor Adicionado Bruto	35.909	35.054
7.04	Retenções	-1.120	-1.138
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.120	-1.138
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	34.789	33.916
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	760	613
7.06.02	Receitas Financeiras	760	613
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	35.549	34.529
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	35.549	34.529
7.08.01	Pessoal	23.213	21.585
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.087	10.422
7.08.02.01	Federais	6.992	7.170
7.08.02.02	Estaduais	2	1.182
7.08.02.03	Municipais	2.093	2.070
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.020	1.848
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	229	674
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	229	674

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Desempenho Econômico e Financeiro

1.1 Receita

a) **Azevedo & Travassos S/A (ATSA)**

Desde 1999, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE). Como consequência, o faturamento da ATSA refere-se a cobrança de serviços prestados para a ATE e a serviços oriundos de obras públicas.

Até 31/03/16, a Receita Bruta da Companhia alcançou o valor de R\$ 3.162 mil (R\$ 8.988 mil em 31/03/15), com a prestação de serviços para a ATE e para o DER-SP (viaduto). Este resultado reflete a queda acentuada de faturamento provocada pelo menor volume de contratações de obras públicas em relação ao ano passado.

A Receita Financeira no primeiro trimestre/16 foi de R\$ 4 mil contra R\$ 92 mil em igual período de 2015. Até 31/03/16 não houve receita financeira oriunda de pagamentos pela ATE de Juros sobre Capital Próprio, assim como no primeiro trimestre do ano passado.

b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)**

A Receita Bruta em 31/03/16 foi de R\$ 65.987 mil, contra R\$ 75.367 mil no mesmo período de 2015. O baixo índice da atividade econômica no País gerando queda na demanda de contratação de obras é um dos principais motivos da redução desta receita.

A Receita Financeira até 31/03/16 foi de R\$ 734 mil contra R\$ 521 mil alcançada em 31/03/15.

c) **Consolidado**

Até 31/03/16 a Receita Bruta atingiu R\$ 67.330 mil contra R\$ 79.941 mil ocorrida no mesmo período do ano passado.

1.2 Endividamento

a) **Azevedo & Travassos S/A**

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS - I no valor de R\$ 44.648 mil em 31/03/16 (R\$ 44.559 mil em 31/03/15) são os passivos mais relevantes da empresa.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, os débitos incluídos no Programa não serão considerados na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto a instituições financeiras oficiais federais.

Em junho de 2014, a Companhia adequou as parcelas que vinham sendo pagas ao REFIS (1,2% da Receita Bruta), de forma a quitar o débito dentro do prazo máximo de 50 anos, a contar da data da sua adesão a este Programa (31/03/2000), ou seja, até 28/02/2050. O novo critério estabelecido calcula o valor da parcela mensal mediante a divisão do saldo devedor atualizado pela TJLP, pelo número de parcelas restantes naquele mês. Em 31/03/16, restavam 407 parcelas a pagar de um total de 600. O valor da parcela paga em março/16 foi de R\$ 109 mil.

As despesas financeiras de R\$ 449 mil (R\$ 277 mil em 31/03/15) geradas principalmente pelo seu passivo fiscal, incluído no REFIS - I, continuam a impactar o resultado da Companhia sem, no entanto, afetar significativamente o seu fluxo de caixa.

b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.**

O endividamento bancário, em 31/03/16, incluindo operações de capital de giro e de financiamentos de equipamentos (Leasing, CDC e FINAME) ficou em R\$ 12.493 mil (R\$ 14.471 mil em 31/03/15).

Comentário do Desempenho

A ATE efetivou, em set/15, pedido de Parcelamento de Débitos perante à Receita Federal, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela taxa SELIC, tendo sido pagas 07 parcelas até o final de março/16, apresentando, um saldo a pagar no montante de R\$ 8.687 mil. Ver nota Explicativa item nº 14.b.

As despesas financeiras alcançaram até 31/03/16 o montante de R\$ 2.568 mil (R\$ 1.571 mil em 31/03/15). O aumento destas despesas no primeiro trimestre de 2016 foi influenciada pela elevação progressiva das taxas bancárias de juros, iniciada no exercício de 2015.

Em 31/03/16, a ATE não pagou juros sobre Capital Próprio para a ATSA, como também aconteceu em igual período do exercício anterior.

1.3 Resultados

a) Azevedo & Travassos S/A

O Lucro Líquido da Companhia no período de janeiro a março/16 foi de R\$ 229 mil e no mesmo trimestre de 2015 alcançou R\$ 674 mil. O baixo valor deste resultado ocorreu principalmente devido à diminuição dos serviços contratados diretamente pela Companhia com órgãos públicos e pela equivalência patrimonial.

Em 31/03/16, a empresa dispunha de apenas R\$ 14 mil em aplicações financeiras, ante R\$ 2.246 mil em 31/03/15.

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

O Lucro Líquido até 31/03/16 atingiu R\$ 224 mil enquanto que no mesmo período de 2015 o valor desta rubrica foi de R\$ 453 mil. Estes valores refletem a atual retração da demanda de serviços de construção civil e montagem eletromecânica provocando por conseqüência a queda de faturamento com repercussões nos resultados operacionais das obras pelo rateio maior dos custos fixos e das margens operacionais. Em 31/03/16, a ATE dispunha de R\$ 8.401 mil em aplicações financeiras, ante R\$ 7.452 mil em 31/03/15.

c) Empresas Subsidiárias

As empresas subsidiárias, com a formatação de SPE - Sociedade de Propósito Específico, apresentam a seguinte situação em 31/03/16:

- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda. (ATDI-I) encontra-se em fase encerramento. Seu capital social está assim composto: ATE com 99,95% das cotas e a HELBER S.A. Participações e Administração com 0,05%.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. (ATDI-II): está sem ainda atividades no aguardo de definição de projetos. Composição do capital social: ATE com 99,95% e HELBER 0,05%.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI-III): está sem atividades, no aguardo de definição de projetos. Composição do capital social: ATSA com 99,95% e ATE 0,05%.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda. (ATDI-IV): está sem atividades, no aguardo de definição de projetos. Composição do capital social: ATSA com 99,95% e ATE: 0,05%.

1.4 Patrimônio Líquido

a) Azevedo & Travassos S/A

O patrimônio líquido da ATSA, em 31/03/16, está em R\$ 45.801 mil, mantendo-se praticamente no mesmo patamar do exercício anterior (R\$ 45.850 mil).

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Em 31/03/16 o Patrimônio Líquido alcançou R\$ 53.254 mil enquanto que no mesmo período do exercício passado estava em R\$ 52.154 mil.

Comentário do Desempenho

1.5 LAJIDA

O quadro adiante mostra a Geração de Caixa (LAJIDA) do Consolidado e da controlada ATE nos períodos de janeiro a março de 2016 e de 2015.

LAJIDA – R\$ mil

	Consolidado		ATE	
	31/03/2016	31/03/15	31/03/2016	31/03/2015
Lucro operacional	829	1.061	422	728
Despesas Financeiras	3.020	1.848	2.568	1.571
Receitas Financeiras	(760)	(613)	(734)	(521)
Depreciação e Amortização	1.120	1.138	1.038	1.054
LAJIDA	4.209	3.434	3.294	2.832

2. Juros sobre Capital Próprio

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do período. O Conselho de Administração aprovou, em dezembro/15 e ratificado pela AGO de 29/04/16 a declaração e pagamento de JCP no valor bruto total de R\$ 2.079 mil e valor líquido de R\$ 1.768 mil, após a retenção de 15% de Imposto de Renda, conforme informado no FATO RELEVANTE, publicado em 15/12/15. Os JCP foram imputados, ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2015 e serão pagos em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, tendo já ocorrido os pagamentos das parcelas com vencimentos nos meses de dezembro/15 a abril/16, sendo que as 07 parcelas restantes serão pagas nos últimos dias úteis dos meses subsequentes e não sofrerão nenhuma atualização monetária. Tal benefício foi aplicado à base acionária de 11/12/15.

3. Investimentos

Até 31/03/16, foram investidos na controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. o valor de R\$ 355 mil (R\$ 229 mil em 31/03/15). Esses baixos valores investidos deve-se à deliberação da Administração da Companhia em restringir a realização de novos investimentos até que se tenha um melhor cenário das atividades da empresa diante da situação econômica do País. Em 31/03/16, o total de endividamento referente a Leasing, CDC e FINAME ficou em R\$ 2.767 mil enquanto que em 30/03/15 estava em R\$ 5.107 mil.

4. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da Empresa. A questão ambiental é voltada para a prevenção da poluição e de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos empregados são proporcionados procedimentos e condições para segurança do trabalho, bem como orientações para aperfeiçoamento profissional.

A empresa também tem por princípio atuar de modo socialmente responsável, tomando por referência os indicadores de sustentabilidade recomendados pelo *GRI – Global Reporting Initiative*, Instituto ETHOS, dentre outros.

Comentário do Desempenho

5. Código de Ética e Conduta

O Conselho de Administração aprovou em julho/15, o Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos, já tendo sido divulgado para a maioria dos profissionais da ATSA e da ATE. Este Código está disponibilizado na INTRANET e nos sites da Companhia e da BM&FBOVESPA.

O Código de Ética tem por escopo uma maior transparência com os acionistas, mercado, clientes, fornecedores e órgãos governamentais, amplificando-se, portanto, a Governança e *Compliance* da Companhia.

6. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI AUDITORES INDEPENDENTES S/C não efetuou outros serviços para a companhia, além da emissão do Relatório de revisão especial sobre ITR do primeiro trimestre de 2016.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2016 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Atividades das empresas do grupo

A controladora, bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda., destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda de 99,95% do capital. destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 31 de março de 2016 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. foi constituída em 30 de dezembro de 2015, sendo a participação da Azevedo & Travassos S.A. de 99,95% e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. de 0,05% do capital destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 31 de março de 2016 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda. foi constituída em 14 de março de 2016, sendo a participação da Azevedo & Travassos S.A. de 99,95% e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. de 0,05% do capital destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 31 de março de 2016 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

A receita da controladora foi em sua maioria oriunda da recuperação de custos e despesas administrativas cobradas de sua controlada ATE e de contratos de obras públicas executados para a Prefeitura Municipal de São Paulo e Barueri, Departamento

Notas Explicativas

de Estradas de Rodagem de São Paulo, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos CPTM e Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

1.2 Estratégia operacional

A companhia tem como estratégia operacional a manutenção da sua lucratividade.

As principais medidas são:

- a) A empresa equacionou seus débitos fiscais e está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, mercado este onde a empresa tem grande tradição. Para o exercício de 2016 a expectativa é que o faturamento seja da ordem de R\$ 20.000.
- b) Executar com resultado a prestação de serviços não oriundas de órgãos públicos direcionada para a ATE desde 1998. A controlada ATE pretende faturar no exercício de 2016 cerca de R\$ 300.000, seguindo projeção baseada na carteira de obras contratadas e nas expectativas de novos contratos.
- c) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.
- d) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da companhia.
- e) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS onde em 2014 foi feito acordo com a Receita Federal para pagamento até 28 de fevereiro de 2050 (vide nota 20b III)
- f) Viabilizar a incorporação de projetos imobiliários em terrenos disponíveis (aproximadamente 100.000 m²) de sua propriedade, na cidade de São Paulo os quais possuem valor de mercado muito superior ao contabilizado.
- g) A empresa possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide nota explicativa 20c e 20h.4). É intenção da empresa, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.
- h) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório nº 203/83 no valor de R\$ 3.848 baixado conforme item g acima.

Notas Explicativas

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações trimestrais da Sociedade compreendem:

As informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com o IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, aprovando e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos, até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, trata-se de operações de curto prazo não trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras, e incluem o valor das medições efetuadas no final do exercício assim como a evolução das obras, correspondentes aos serviços executados e não faturados até a data do balanço. E uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa ou impairment) pode ser reconhecida quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

- **Estoque de Imóveis e Imóveis comercializados**

São avaliados ao custo de aquisição, ou valor de mercado, dos dois o menor e os imóveis comercializados ao valor de negociação a receber.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos.

- **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas foram registrados pelo seu valor de aquisição e atualizado pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

- **Imobilizado**

Composto pelos bens tangíveis registrados ao custo de aquisição, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 11.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são financeiros consequentemente transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Nesses contratos os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

- **Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment).**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

Notas Explicativas

- **Imposto de renda e Contribuição Social**

São computados em conformidade com as disposições da legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis aos impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidas sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente

- **Provisões para contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas sempre que for avaliado como provável por seus assessores legais ou a melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

- **Receitas**

As receitas referentes aos contratos de construção em andamento são reconhecidas no resultado de acordo com as medições efetuadas mensalmente e conseqüentemente no exercício, e ou evolução das obras.

- **Destinação dos resultados e distribuição de lucros.**

A Companhia remunera seus acionistas através do dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, que poderá ser deduzido dos juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda. O dividendo mínimo, por se tratar de uma obrigação legal, prevista no estatuto social da Companhia, é lançado no passivo circulante, a parcela que exceder o dividendo mínimo é lançada no próprio patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio serão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

A sua controlada ATE destina seus resultados entre distribuição de lucros e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Podendo com relação à remuneração aos acionistas, se utilizar da modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

Notas Explicativas

- **Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação.

- **Demonstrações financeiras consolidadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais em comum e os resultados intersociedades, realizados e não realizados até a data do balanço, após o efeito dos impostos.

As conciliações entre o lucro do exercício e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado não apresentam diferenças.

- **Reconhecimento das demonstrações contábeis dos Consórcios**

Estão registrados em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade definido no NPC17 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e o novo pronunciamento contábil - CPC 17. (nota 20 a).

- **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das suas informações trimestrais individuais e como informação suplementar às informações trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2016	Controladora		Consolidado	
			31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
- Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	98,0% CDI	14	1.125	7.909	7.726
Banco Abc	CDB-AUTO	20% CDI	-	-	-	763
Outros			-	-	606	797
			<u>14</u>	<u>1.125</u>	<u>8.515</u>	<u>9.286</u>
- Caixas e bancos						
			<u>121</u>	<u>116</u>	<u>710</u>	<u>567</u>
			<u>135</u>	<u>1.241</u>	<u>9.225</u>	<u>9.853</u>

Notas Explicativas

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

5. CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contas a receber	4.939	9.585	3.010	14.652
Serviços executados e não faturados	<u>3.241</u>	<u>4.884</u>	<u>68.210</u>	<u>64.599</u>
	<u>8.180</u>	<u>14.469</u>	<u>71.220</u>	<u>79.251</u>

6. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Estoques de material de construção e peças de manutenção	-	453	5.484	4.776
	<u>-</u>	<u>453</u>	<u>5.484</u>	<u>4.776</u>

Notas Explicativas**7. ESTOQUE DE IMÓVEIS**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Azevedo & Travassos S.A. (a)	8.114	9.561	8.114	9.561
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	-	-	1.319	1.315
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.			2.842	2.836
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto IV Ltda.	-	-	7.010	-
	8.114	9.561	19.285	13.712
Menos - parcela do circulante	-	-	11.171	4.151
Parcelas a longo prazo (b)	8.114	9.561	8.114	9.561

	M2	Controladora	
		31/03/2016	31/12/2015
LOTE Elisio	22.999	3.829	3.795
LOTE 3	5.465	-	752
LOTE 4	4.343	-	604
LOTE 5	1.348	-	159
LOTE 6	1.536	156	154
LOTE 7	18.144	2.165	2.150
LOTE 8	17.207	1.964	1.947
	71.042	8.114	9.561

Permanece no ativo imobilizado o lote 1 (55.568 m2) onde esta localizada a sede da companhia.

Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes os valores estão contabilizados no Realizável a Longo Prazo.

Notas Explicativas

Os lotes 3,4 e 5 foram integralizados em 31 de março de 2016 como subscrição capital de Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda.

A empresa tem os imóveis sede da companhia e os lotes Elísio 6,7 e 8 contabilizados na conta estoque de imóveis R\$ 8.114 e no imobilizado R\$ 12.103 perfazendo um total de R\$ 20.217, e apresentam um valor venal de referência para o cálculo do ITBI de R\$ 38.126.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03//2016	31/12/2015	31/03//2016	31/12/2015
Impostos a recuperar (a)	-	-	373	773
Caução de aluguel	31	38	520	560
Caução de obras	-	-	1.338	1.014
Conta corrente Consórcio Constran(nota 20 a1)	-	-	228	227
Conta corrente Consórcio Mendes (nota 20 a2)	-	-	305	314
Depósito judicial bloqueado	-	-	194	194
Outras contas a receber	16	26	895	32
	<u>47</u>	<u>64</u>	<u>3.853</u>	<u>3.114</u>

(a) Parte do valor em 31 de março de 2016 de R\$ 373 (R\$ 773 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado trata-se de créditos de retenções (INSS).

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A COMPANHIA MANTÉM INVESTIMENTOS:

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (a)	99,95	99,95	53.225	53.001	224	453
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda -ATDI-III (b)	99,95	99,95	2.836	2.836	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda -ATDI-IV (c)	99,95	99,95	7.020	-	-	-
Total			<u>63.081</u>	<u>55.837</u>	<u>224</u>	<u>453</u>

Notas Explicativas

a) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto em 31 de março de 2016 de 16.410.500 cotas (16.410.500 cotas em 2015)..

O patrimônio líquido da controlada em 31 de março de 2016 é de R\$ 53.254 (R\$ 53.030 em 31 de dezembro de 2015) e o seu lucro líquido do exercício é de R\$ 224 (R\$ 453 em 31 de dezembro de 2015). A controladora em 16 de dezembro de 2014, aumentou o capital da controlada em R\$ 2.544.

b) Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. –ATDI-III

A participação foi feita em 30 de dezembro de 2015, através da integralização do lote 9 na subscrição capital, a empresa ainda não iniciou suas atividades.

c) Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda. –ATDI-IV

A participação foi feita em 14 de março de 2016 , através da integralização de R\$ 10 e em 31 de março de 2016 através da integralização do lote 3,4 e 5 na subscrição capital no valor de R\$ 7.010, a empresa ainda não iniciou suas atividades.

A CONTROLADA AZEVEDO & TRAVASSOS ENGENHARIA LTDA., MANTÉM INVESTIMENTOS:

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda (ATDI-I)	99,95	99,95	84	73	11	3
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda (ATDI-II)	99,95	99,95	10	10	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda (ATDI-III)	0,05	-	1	1	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda (ATDI-IV)	0,05	-	4	-	-	-
Total			<u>99</u>	<u>84</u>	<u>11</u>	<u>3</u>

EM 2015 a ATDI-II, ATDI-III E ATDI-IV ainda não haviam iniciado suas atividades e a ATDI-I apresenta um movimento irrelevante.

Notas Explicativas**10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Operações:				
- Contrato de aluguel (a)	141	512	-	-
- Receita bruta de serviços (b)	1.677	19.558	-	-
- Transferência de terreno (c)	-	-	1.050	1.050
- Juros S/ Capital pago	-	-	-	469
- Lucros pago (d)	-	-	350	-
- Lucros a pagar (d)	-	-	-	350
- Outras partes relacionadas (e)	-	-	106	424
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (f)	-	-	259	245
- Integralização capital ATDI-III (g)	2.836	2.836	-	-
- Integralização capital ATDI-IV (h)	7.020	-	-	-

- (a) Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel / sede Em
- (b) Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.
- (c) Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda., um lote de 3.922m2, por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2016.
- (d) A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda., realizou em 30 de setembro de 2015 a distribuição de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) de R\$ 350.
- (e) Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen) da Intech Engenharia Ltda. e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda.
- (f) Refere-se mútuo entre a empresa ATE e sua controlada ATDI II.
- (g) Foi constituída em 30 de dezembro de 2015 a empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda., com participação de 99,95% da Azevedo & Travassos S.A. e 0,05% da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. . A Azevedo & Travassos S.A. integralizou sua participação com a cessão do Lote 9 Pirituba.
- (h) Foi constituída em 14 de março de 2016 a empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda., com participação de 99,95% da Azevedo & Travassos S.A. e 0,05% da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. . A Azevedo & Travassos S.A. integralizou sua participação parte com R\$ 10 e com a cessão do Lote 3,4, e 5 Pirituba no valor de R\$ 7.010.

Notas Explicativas

- Honorários dos administradores e benefícios.
Em 31/03/2016, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 577 (R\$ 534 em 31 de março de 2015), conforme quadro abaixo:

	31/03/2016	31/03/2015
Benefícios de Curto Prazo		
- Salário ou Pró-Labore (i)	539	502
- Benefícios (ii)	38	32
- Bônus	-	-
Total	577	534

(i) Inclui remuneração fixa (salários,, honorários e férias).

(ii) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.

A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

Notas Explicativas

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	31/03/2016		Controladora 31/12/2015	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
		Edifícios e benfeitorias	4	6.008	(1.665)
Máquinas e equipamentos	10	733	(660)	73	73
Outros	10	467	(249)	218	210
		7.208	(2.574)	4.634	4.562
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(577)	7.238	7.253
		15.545	(3.151)	12.394	12.337

	Taxa anual de depreciação %	31/03/2016		Consolidado 31/12/2015	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
		Edifícios e benfeitorias	4	6.067	(1.709)
Máquinas e equipamentos	10	22.305	(13.226)	9.079	9.528
Veículos	10	15.458	(7.354)	8.104	8.529
Outros	10	8.508	(4.886)	3.622	3.490
		52.338	(27.175)	25.163	25.842
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(577)	7.238	7.253
		60.675	(27.752)	32.923	33.617

A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2016
Edifícios e benfeitorias	5.886	122	-	-	6.008
(-) Depreciação Acumulada	(1.607)	(59)	-	1	(1.665)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(660)	-	-	-	(660)
Outros	451	16	-	-	467
(-) Depreciação Acumulada	(241)	(8)	-	-	(249)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(562)	(15)	-	-	(577)
	12.337	56	-	1	12.394

Notas Explicativas

A mutação do saldo do imobilizado:

	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2016
Edifícios e benfeitorias	5.945	122	-	-	6.067
(-) Depreciação Acumulada	(1.650)	(60)	-	1	(1.709)
Máquinas e equipamentos	22.343	-	(38)	-	22.305
(-) Depreciação Acumulada	(12.815)	(412)	2	(1)	(13.226)
Veículos	15.545	-	(87)	-	15.458
(-) Depreciação Acumulada	(7.016)	(373)	35	-	(7.354)
Outros	8.243	310	(45)	-	8.508
(-) Depreciação Acumulada	(4.753)	(161)	28	-	(4.886)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(562)	(15)	-	-	(577)
	<u>33.617</u>	<u>(589)</u>	<u>(105)</u>	<u>-</u>	<u>32.923</u>

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciável (terrenos). Dessa forma, conservadoramente, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1263/09.

Custo Atribuído (deemed cost)

A companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme definido na interpretação técnica ICPC 10.

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	31/03/2016			Consolidado
		Custo	Amortização	Líquido	31/12/2015
Softwares	20	3.367	(2.410)	957	995
		<u>3.367</u>	<u>(2.410)</u>	<u>957</u>	<u>995</u>

A mutação do saldo do intangível:

	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2016
Softwares	3.306	61	-	-	3.367
(-) Amortização Acumulada	(2.311)	(99)	-	-	(2.410)
	<u>995</u>	<u>(38)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>957</u>

Notas Explicativas**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
. Capital de giro	1,60% a.m.	Abril de 2016 a Outubro de 2017	1.000	1.000	10.726	12.083
. Finame	9% a.a.	Abril de 2016 a Março de 2019	-	-	518	614
. Financiamento CDC	1,15% a.m.	Abril de 2016 a Abril de 2019	-	-	1.119	1.275
. Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	Abril de 2016 a Agosto de 2018	-	-	1.130	1.398
			<u>1.000</u>	<u>1.000</u>	<u>13.493</u>	<u>15.370</u>
Menos - parcela do circulante			<u>1.000</u>	<u>1.000</u>	<u>10.711</u>	<u>11.585</u>
Parcela a longo prazo			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.782</u>	<u>3.785</u>

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores e alienação fiduciária dos bens.

Notas Explicativas**14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – OUTROS IMPOSTOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Curto prazo				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros) (a)	939	1.505	7.185	6.828
Parcelamentos (pis-cofins-inss desoneração) (b)	-	-	2.126	2.062
	<u>939</u>	<u>1.505</u>	<u>9.311</u>	<u>8.890</u>
Longo prazo				
Parcelamentos (pis-cofins-inss desoneração) (b)	-	-	6.561	6.857
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.561</u>	<u>6.857</u>

- (a) Dentro do valor de impostos a recolher, parte é diferido para recolher, quando do recebimento da receita, que lhe deu origem. Em 31 de março de 2016 a controladora tem R\$ 659 e no consolidado R\$ 1.713.
- (b) Em 04 de setembro de 2015, a controlada ATE, deu entrada pedido parcelamento de débitos do PIS, COFINS e INSS DESONERAÇÃO, período de apuração de fevereiro a julho de 2015, vencidos de março a agosto de 2015, tendo sido diferido e em fase de andamento pela Receita Federal. O prazo de vencimento é de 60 parcelas, sendo que a primeira foi recolhida em setembro de 2015.

Composição do parcelamento	Ano	31/03/2016
	2.016	1.594
	2.017	2.126
	2.018	2.126
	2.019	2.126
	2.020	715
		<u>8.687</u>
Menos -parcela do curto prazo		<u>(2.126)</u>
Parcelas a longo prazo		<u>6.561</u>

Notas Explicativas**15. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Seguros a pagar	-	-	436	508
Outras	60	165	131	261
Parcelas a longo prazo	60	165	567	769

16. PATRIMONIO LIQUIDO**a) Capital social**

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de março 2016 e 31 de dezembro de 2015 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

Em 30 de abril de 2014, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, sendo a principal deliberação a aprovação da redução do capital social em R\$ 25.849, mediante a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2013. Em razão da redução o capital da Companhia passou de R\$ 53.896 para R\$ 28.047.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio em 31 de Dezembro de 2015

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Os dividendos em 31 de dezembro de 2015 foram calculados como abaixo:

Cálculo dos dividendos			
Lucro líquido do exercício			1.245
(-) Reserva legal (R\$ 1.245 X 5%)			(62)
(+) Realização de reserva de reavaliação			2.312
Lucro líquido ajustado			3.495
Dividendo mínimo obrigatório (25%) (R\$3.495 x 25%)			874
Forma de pagamento			
Juros sobre o capital próprio (I)	valor bruto	IRRF	valor líquido
	2.079	(311)	1.768
TOTAL			1.768

Notas Explicativas

I) O Conselho de administração em reunião realizada em 11 de dezembro de 2015, refendado pela Assembleia Geral Ordinária de 29 de Abril de 2016, deliberou creditar em 29 de dezembro de 2015 juros sobre capital próprio de R\$ 2.079, aplicado sobre posição acionária de 11 de dezembro de 2015, correspondente a R\$ 0,077028493 por ação e pagamento em 12 parcelas, iguais e sucessivas, a primeira em 30 de dezembro de 2015, que serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2015.

c) Retenção de Lucros

A Administração propõe a retenção do lucro remanescente do exercício de 2015, no valor de R\$ 1.416, para reforço de Capital de Giro e também fortalecimento e preservação do seu Patrimônio Líquido. Este reforço é essencial, neste momento, de escassez de crédito pelo mercado financeiro.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	626	786	829	1.061
ATDI I calculo pelo lucro presumido	-	-	-	-
Adições:				
- Provisão não dedutível	-	-	-	-
- Despesas indedutíveis	1.395	41	1.678	131
Exclusões:				
- Equivalência	(224)	(453)	-	-
- Reversão provisão não dedutível	-	-	(200)	-
- Diferimento	(1.800)	-	(1.800)	-
- Prejuízo Fiscal	-	(112)	-	(112)
Base de cálculo	(3)	262	507	1.080
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	-	(82)	(146)	(357)
Incentivo diferido	(421)	-	(421)	-
Imposto de renda e contribuição social ATDI I (lucro presumido)	-	-	(5)	-
Prejuízo Fiscal -ativo fiscal diferido (nota 20 e)	-	(38)	-	(38)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(421)	(120)	(572)	(395)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	24	8	(28)	8
	(397)	(112)	(600)	(387)

(a) Foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias.

Notas Explicativas

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Salários e encargos	1.981	1.879	3.291	3.107
Serviços contratados de terceiros	61	37	651	814
Outros	196	181	614	670
Total	<u>2.238</u>	<u>2.097</u>	<u>4.556</u>	<u>4.591</u>

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conta corrente dos Consórcios

O saldo da conta corrente dos Consórcios está demonstrado no ativo/passivo consolidado (nota explicativa 8) e está representado por transferência de numerários, fornecedores e reconhecimento da participação sobre o resultado apurado no consórcio.

a.1) Consórcio Constran – Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Mineroduto Paragominas (PA)

Em 31 de março de 2016, o prejuízo acumulado do consórcio foi de R\$ 37.342 (R\$ 37.340 em 31 de dezembro de 2015), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda nesse prejuízo equivalente R\$ 18.671 (R\$ 18.670 em 31 de dezembro de 2015).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foram, também, objeto de revisão especial pelos auditores independentes até 31 de dezembro de 2006, sendo que para o exercício de 2007 a 2016 as movimentações foram consideradas imateriais.

a.2) Consórcio Mendes Júnior-Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Gasoduto Cacimbas - Catu (BA)

Em 31 de março de 2016, o resultado apurado com base no balanço do consórcio e ajustado conforme determina a NPC 17 totalizou R\$ 19.738 (R\$ 19.761 em 31 de dezembro de 2015), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., nesse lucro equivalente R\$ 7.895 (R\$ 7.904 em 31 de dezembro de 2015).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, foram objeto de revisão

Notas Explicativas

especial pelos auditores independentes em 2008 e 2009. De 2010 a 2016 as movimentações foram consideradas imateriais.

b) REFIS Federal

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo Circulante	1.316	1.305	1.316	1.305
Passivo Não Circulante	<u>43.332</u>	<u>43.290</u>	<u>43.332</u>	<u>43.290</u>
Total	<u>44.648</u>	<u>44.595</u>	<u>44.648</u>	<u>44.595</u>

I) A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

II) Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.

III) A partir de junho/14, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou a parcela do REFIS, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28/02/2050. O valor da parcela esta sendo calculado, a partir de 30/06/14, dividindo-se o saldo do extrato do REFIS, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final. Na hipótese de 1,2% sobre a Receita Bruta da Companhia vier a ser maior do que o valor da parcela, calculado conforme descrito acima, este deverá ser o valor adotado, seguindo o critério original estabelecido no REFIS. O saldo do extrato em 31 de março de 2016 é de R\$ 44.648 (R\$ 44.595 em 31 de dezembro de 2015)

c) Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 31 de março de 2016 apresenta um saldo de R\$ 1.380 (R\$ 1.380 em 31 de dezembro de 2015). Vide nota 20 h.4

d) Provisão para Contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

Em 31 de março de 2016, está provisionado o montante de R\$ 1.000 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2015), e no consolidado R\$ 3.400 (R\$ 3.600 em 31 de dezembro de 2015) o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de

Notas Explicativas

seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora			Consolidado		
	Movimento no			Movimento no		
	31/12/2015	exercício	31/03/2016	31/12/2015	exercício	31/03/2016
Trabalhista (a)	752	-	752	1.807	-	1.807
Fiscal	23	-	23	31	-	31
Cível	225	-	225	1.762	(200)	1.562
Total	1.000	-	1.000	3.600	(200,00)	3.400

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas Controladas são partes são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza cível, que referem-se principalmente à questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

Notas Explicativas**e) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social****e.1) HISTÓRICO**

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008		36.673	-
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008		-	36.676
Total do prejuízo fiscal e base negativa		<u>36.673</u>	<u>36.676</u>
CRÉDITOS			
<hr/>			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)	9.168	9.168	
Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)	3.301		3.301
Total dos créditos (1)	<u>12.469</u>	<u>9.168</u>	<u>3.301</u>
UTILIZADO			
<hr/>			
Para quitação débitos fiscais lei nº 11941/09	283	176	107
Cessão IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	2.544	1.870	674
DIPJ período 2009 a 2014 - IRPJ e CSLL	1.940	1.425	515
Total dos valores utilizados (2)	<u>4.767</u>	<u>3.471</u>	<u>1.296</u>
Saldo para ser utilizado (1- 2)	<u>7.702</u>	<u>5.697</u>	<u>2.005</u>

Notas Explicativas**e.2) DEMONSTRATIVO DOS VALORES RECONHECIDOS NO ATIVO CRÉDITOS FISCAIS EM 31/03/2016**

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
RECONHECIDO			
a) Reconhecido em 2012 como Imposto Reserva de Reavaliação	1.602	1.178	424
b) Reconhecido como lucros tributários futuros até 31/12/2013	9.244	6.797	2.447
REVERSÃO			
DIPJ período 2014 - IRPJ e CSLL	(600)	(441)	(159)
Cessão em 2014 IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	<u>(2.544)</u>	<u>(1.870)</u>	<u>(674)</u>
sub-total (b)	6.100	4.486	1.614
Total reconhecido na conta ativo - Créditos Fiscais (a + b)	<u>7.702</u>	<u>5.664</u>	<u>2.038</u>

Trata-se de prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de 2000 a 2008 e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

Em virtude da companhia estar , gerando resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos.

A Administração da Companhia realizou estudo técnico “Revisão Periódica do Crédito Fiscal Diferido Reconhecido do Prejuízo Fiscal do IRPJ e da Base de Cálculo Negativa do CSLL”, aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2016, no valor presente de R\$ 8.125, superior ao saldo reconhecido do crédito fiscal diferido de lucros tributários futuros em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 6.100 (item b supra). Esse mesmo estudo também foi realizado de 2010 a 2014.

Esta revisão foi preparada seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON, bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

Data base da Compensação	<u>Valor Original</u>	<u>Valor Presente</u>
2016	413	384
2017	456	395
2018	504	406
2019	557	417
2020	616	429
2021 a 2025	<u>11.951</u>	<u>6.094</u>
Total	<u>14.497</u>	<u>8.125</u>

Notas Explicativas

f) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de março de 2016 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotados pela empresa, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

g) Arrendamento Mercantil

Em 31 de março de 2016 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 1.130 (R\$ 1.398 em 31 de dezembro de 2015), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal + encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 1.547 (R\$ 1.914 em 31 de dezembro de 2015), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

<u>Exercícios</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	686	1.053
2017	604	604
2018	257	257
	<u>1.547</u>	<u>1.914</u>

h) Ações Judiciais Ativas

h.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e controlada ATE. Estima-se o benefício patrimonial decorrentes de tais ações, até 31.03.2016, para a Companhia (ATSA) de R\$ 138 e, para a ATE, de R\$ 4.316. A ação promovida pela ATE foi julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias, aguardando atualmente a admissão do recurso apresentado. A ação ajuizada pela Companhia aguarda julgamento em 1ª Instancia.

h.2) Ação DER/SP

Ação proposta objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato administrativo celebrado com o DER, ainda pendente de julgamento em 1ª Instancia, sendo certo que na pericia realizada nos autos, foi apurado, pelo Assistente Técnico indicado, crédito a favor da Companhia (ATSA) no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

Notas Explicativas

h.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a controlada ATE buscando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de cálculo da contribuição previdenciária e a recuperação dos valores recolhidos a esse título, sendo a ação ajuizada pela Companhia (ATSA) julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias, e aquela ajuizada pela Controlada ATE, julgada parcialmente procedente em 1ª Instancia, aguardando julgamento pela 2ª Instancia, não sendo, neste momento, possível a mensuração do benefício patrimonial de ambas as demandas.

h.4)) Precatório Judicial

Nada obstante a deliberação da Companhia (ATSA), em 31.12.2013, em baixar de seu ativo o valor de R\$ 3.848, referente aos créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, em razão da análise de risco quanto a definição de seu valor, a Companhia continua a discussão judicial no sentido de ver reconhecido e pago o crédito, que segundo os cálculos que entende corretos, importa em R\$ 3.502 mil, em 31.12.2015

h.5) Multa 10% - FGTS

A Companhia (ATSA) e a ATE ajuizaram, em 29/01/2014, ações judiciais objetivando a autorização para depósito judicial mensal dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar n.º 110/2001 (multa de 10%), e, no mérito, a declaração da inconstitucionalidade incidental e superveniente da referida exação. Foram proferidas as decisões autorizando os depósitos judiciais, estando, as ações aguardando decisão de mérito. Em 31 de março de 2016 os valores históricos depositados totalizavam R\$ 138 para a ATSA e R\$ 985 para a ATE.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

COMENTÁRIO SOBRE COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

1. Atividades da Companhia e Perspectivas para 2016

A Companhia Azevedo & Travassos S.A., a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda e as suas subsidiárias, na formatação de Sociedades de Propósito Específico, centralizam as suas atuações nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Construção Civil
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, devido atual quadro político econômico do Brasil, tendem a demandar serviços em menor escala, mas continuarão a necessitar de empresas com a expertise e a credibilidade do grupo Azevedo & Travassos.

Em resumo, as perspectivas para 2016 são as seguintes:

1.1 Azevedo & Travassos S.A. (ATSA)

Construção Pesada

A Companhia continua a participar de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. A expectativa é que os investimentos deverão se comportar, nos próximos anos, em níveis mais moderados, tendo em vista a queda do crescimento do Brasil, com perspectiva de lenta recuperação a partir do próximo ano, mas com boas perspectivas para a Companhia

1.2 Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

a) **Construção Pesada e Construção Civil**

As atividades das empresas concessionárias de rodovias tendem a continuar compondo um expressivo mercado para o segmento de Construção Pesada, mesmo em tempos de crise econômica. A ATE tem condições técnicas de participar deste mercado.

A empresa atua também no segmento de Construção Industrial que, apesar de em ritmo menor do que em anos anteriores, tem recebido investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção e implantação de novas fábricas. A ATE está empenhada em conquistar novos clientes, ampliando e dando maior equilíbrio à sua carteira de obras.

b) **Montagem Eletromecânica**

No segmento de dutos (gasodutos, oleodutos e minerodutos, dentre outros) e no de montagem eletromecânica, onde se concentram as principais atividades da ATE, seus principais clientes são: Concessionárias de Gás, Indústrias Petroquímicas, Mineradoras e Produtoras e Transportadoras de Combustíveis.

Face à reestruturação do Plano de Investimentos da PETROBRAS, está havendo uma diminuição nas contratações de obras e serviços. Contudo, nas áreas de atuação da ATE localizadas em terra ("onshore"), acredita-se que projetos prioritários terão continuidade e poderão trazer boas oportunidades de negócio.

Quanto ao mercado de Concessionárias de Gás, a ATE pretende manter a sua atuação junto a clientes, principalmente com: BAHAGÁS, BR DISTRIBUIDORA (Espírito Santo), CEG / GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo).

A ATE mostra-se preparada e bem posicionada no mercado, tanto técnica como comercialmente, para assumir novos contratos importantes nesta área.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

c.1 Perfuração Direcional Horizontal

A Divisão de Perfuração continua a executar serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiros. Esta Divisão, além de contribuir para o aumento de competitividade da ATE no segmento de dutos, está abrindo novas frentes e oportunidades de negócio, inclusive na área marítima (“off shore”).

c.2 Perfuração / Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completção de poços estão suspensos desde o terceiro trimestre de 2012. A ATE poderá retornar a estas atividades, tão logo este segmento se mostre atrativo.

d) Desenvolvimento Imobiliário

A Companhia possui cerca de 150 mil m² em terrenos, na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Faz parte da estratégia da Companhia o desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, realizados através de suas subsidiárias na formatação de SPE - Sociedade de Propósito Específico, visando atender a demanda futura de imóveis para a população de média e baixa renda.

Foi deferida em set/15, com base na Lei nº 13.043/2014, a liberação de imóveis que estavam arrolados no Programa REFIS – I, com o consequente cancelamento das averbações do arrolamento nas respectivas matrículas. Como consequência, já estão sendo elaborados estudos preliminares visando à implantação de projetos imobiliários nestes imóveis, em uma área de 54 mil m², aproximadamente.

Dentro deste contexto, em dez/15, foi constituída a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI - III) e, em março/16, a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda. (ATDI - IV).

2. Carteira de obras e de serviços a serem executados

a) **Azevedo & Travassos S.A.**

A Companhia continua participando, de forma seletiva, de licitações junto a órgãos públicos para compor a sua carteira de obras de infraestrutura.

Dentro de um viés realista e condizente com o baixo nível da atividade econômica, a expectativa para 2016 é que a Companhia alcance uma receita da ordem de R\$ 20.000 mil, considerando-se os serviços a serem prestados para a ATE e o término da obra do viaduto para o DER-SP. Observe-se que novos serviços que venham a ser contratados, por decorrerem de licitações públicas, somente apresentarão seus efeitos em 2017.

O quadro abaixo mostra a distribuição por trimestre, comparando a previsão da receita com a que foi realizada até 31/03/16.

ATSA - Previsão da Receita Bruta para o ano 2016
em R\$ mil

RECEITA BRUTA	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	TOTAL
• PREVISÃO	3.000	4.000	6.500	6.500	20.000
• REALIZADA	3.162	-	-	-	3.162

b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.**

Diante do atual cenário de incertezas na economia do País, a previsão para 2016 é que a receita tenha um comportamento similar ao verificado em 2015, ou seja, próximo de R\$ 300.000 mil, considerando-se as obras já contratadas e as expectativas de novas contratações e conquista de novos clientes.

O quadro adiante mostra a distribuição por trimestre, comparando a previsão da receita com a realizada até 31/03/2016.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

ATE - Previsão da Receita Bruta para o ano 2016
em R\$ mil

RECEITA BRUTA	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	TOTAL
• PREVISÃO INICIAL	65.000	65.000	80.000	90.000	300.000
• REALIZADA	65.987	-	-	-	65.987

b) Consolidado

Com base nos dados anteriores a previsão da receita do Consolidado deverá ficar na ordem de R\$ 300.000 mil

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

1. Juros de Capital Próprio e Dividendos

Em relação a JCP e Dividendos, segue a reprodução do item b da AGO ocorrida em 29/04/16:

“Aprovada, por unanimidade, por 8.724.500 votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 13.000 abstenções, incluindo os legalmente impedidos, a proposta da Administração, constante das Demonstrações Financeiras e de documento divulgado pela Companhia em atendimento à Instrução CVM 481/2009, de destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 1.245.392,87, acrescido de R\$ 2.312.260,00 da Reserva de Reavaliação, totalizando R\$ 3.557.652,87, da seguinte forma:

*I) **R\$ 62.269,74**, equivalente a 5% do lucro líquido, para Conta da Reserva Legal.*

*II) **R\$ 2.079.769,32** destinados a juros sobre o capital próprio, à razão de R\$ 0,077028493 bruto por ação, equivalente ao total líquido de R\$ 1.767.829,20, sendo ratificada a declaração de juros sobre capital próprio deliberada na Reunião do Conselho de Administração de 11 de dezembro de 2015 e sua imputação aos dividendos mínimos obrigatórios, com pagamento, com base na posição acionária de 11 de dezembro de 2015, em 12 parcelas mensais, sem incidência de correção monetária ou juros, sendo 11 parcelas no valor bruto por ação de R\$ 0,006419041 e 01 parcela no valor bruto por ação de R\$ 0,006419042, a primeira com vencimento em 30 de dezembro de 2015 e as demais no último dia útil de cada mês, encontrando-se já pagas, aos acionistas, as parcelas vencidas em 30 de dezembro de 2015; 29 de janeiro de 2016, 29 de fevereiro de 2016 e 31 de março de 2016.*

*III) saldo remanescente de R\$ **1.415.615,81** para a Reserva de Retenção de Lucros para reforço de Capital de Giro e preservação do Patrimônio Líquido da Companhia.”*

2. Desenvolvimento Imobiliário

Dentro da estratégia da Companhia em viabilizar o desenvolvimento de projetos imobiliários nas áreas de sua propriedade, as seguintes providências foram efetivadas:

a) ATDI-III

Em dezembro/ 2015, foi constituída a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI-III), com a participação da ATSA de 99,95% e da ATE de 0,05%.

Na constituição da ATDI–III, a ATSA integralizou a sua participação com a transferência do Lote 09 (R\$ 2.836 mil) e a ATE em dinheiro (R\$ 1 mil), totalizando um capital integralizado, em 31/12/15, de R\$ 2.837 mil.

b) ATDI-IV

Em março/ 2015, foi constituída a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda. (ATDI-IV) , com a participação da ATSA de 99,95% e da ATE de 0,05%.

Na constituição da ATDI–IV, a ATSA integralizou a sua participação com a transferência dos Lotes 03, 04 e 05 (R\$ 7.010 mil) e mais o valor de R\$ 10 mil em dinheiro e a ATE em dinheiro (R\$ 3 mil), totalizando um capital integralizado, em 31/12/15, no montante de R\$ 7.023 mil.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
REFERENTE AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Azevedo & Travassos S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o NBC TG 21 e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS's, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2016.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI

Auditores Independentes S/S

CRC 2SP005528/O-2

João Paulo Antonio Pompeo Conti

Contador

CRC-1-SP 057611/O 0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Observação Inicial

Parecer do Conselho Fiscal não se aplica para o primeiro trimestre.

Metodologia de funcionamento do Conselho Fiscal na Companhia

Os membros do Conselho Fiscal da ATSA reúnem-se periodicamente, na sua sede, para analisarem as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Relatórios de Revisão Especial de Auditoria Externa e os ITRs referentes aos 3 primeiros trimestres de cada exercício social.

O Conselho Fiscal, após a análise das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro compreendendo as Notas Explicativas, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e o Relatório dos Auditores Independentes, emite o seu RELATÓRIO recomendando o encaminhamento dos citados documentos para a deliberação da Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro trimestre de 2016.

São Paulo, 11 de maio de 2016.

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Presidente

Aluizio Guimarães Cupertino

Diretor Vice- Presidente

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor Executivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão Especial da Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes relativo ao primeiro trimestre de 2016.

São Paulo, 11 de maio de 2016.

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Presidente

Aluizio Guimarães Cupertino

Diretor Vice- Presidente

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor Executivo